

**A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COMO ESTRATÉGIA DA GOVERNANÇA GLOBAL
PARA O CUMPRIMENTO DA AGENDA 2030**

Meilyng Leone

Doutora (com bolsa CAPES) e Mestre em Direito
Universidade Católica de Santos



Artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a Licença Pública Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Resumo: Analisa os documentos internacionais, como relatórios, protocolos e cartas de intenções resultantes da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) que revelam várias conquistas significativas. Houve um aumento da presença da EDS nos programas políticos nacionais e internacionais, bem como uma melhoria no entendimento conceitual da sustentabilidade (Unesco, 2014). A análise desses documentos foi crucial para o desenvolvimento do estudo, pois os resultados obtidos servem como base para futuras decisões políticas. Paçavras-chave: Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento Sustentável. Ecologia

Summary: Analyzes international documents, such as reports, protocols and letters of intent resulting from the Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014) that reveal several significant achievements. There has been an increase in the presence of ESD in national and international political programs, as well as an improvement in the conceptual understanding of sustainability (Unesco, 2014). The analysis of these documents was crucial for the development of the study, as the results obtained serve as a basis for future political decisions.

Keywords: Education for Sustainable Development. Sustainable Development. Ecology.

INTRODUÇÃO

A educação, embora não seja a solução definitiva ou única para alcançar uma sociedade sustentável, é uma peça fundamental nesse processo. Por meio da conscientização sobre o impacto das atitudes humanas no planeta, as ações podem ser repensadas, alterando consequentemente a realidade em que vivemos (UNESCO, 2014). A Educação Ambiental (EA) tem sido gradualmente substituída pela Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), um termo mais abrangente que envolve tanto os pequenos hábitos diários quanto as grandes decisões com impactos globais (Hill, 2003). A EDS trata essencialmente das relações entre pessoas e entre pessoas e o meio ambiente, refletindo preocupações socioculturais e econômicas.

O elemento humano é amplamente reconhecido como a variável fundamental da sustentabilidade. A educação, por si só, não resolve todas as questões ambientais, mas constitui o pilar central das estratégias para promover os valores necessários para alcançar esse objetivo (Bernstein, 2012). Ela capacita indivíduos e comunidades a compreenderem a importância das atividades individuais e coletivas, ressaltando a necessidade de agir coletivamente na resolução de problemas comuns, incluindo as interações com um ambiente social e natural mais amplo. Essa compreensão forma a base duradoura sobre a qual se alicerça o respeito ao mundo e aos seres humanos que nele habitam.

Contudo, a busca pelo desenvolvimento sustentável é multifacetada e não pode depender exclusivamente da educação. Outros parâmetros sociais, como governança, formas de organização econômica e participação cidadã, também são cruciais. Aprender não está restrito à educação formal; inclui experiências cotidianas, contextos sociais, instituições comunitárias e locais de trabalho (Unesco, 2014).

A análise de documentos internacionais, como relatórios, protocolos e cartas de intenções resultantes da Década da EDS (2005-2014), revela várias conquistas significativas. Houve um aumento da presença da EDS nos programas políticos nacionais e internacionais, bem como uma melhoria no entendimento conceitual da sustentabilidade (Unesco, 2014). A análise desses documentos foi crucial para o desenvolvimento deste trabalho, pois os resultados obtidos servem como base para futuras decisões políticas.

A definição de metas como estratégia de governança global é um aspecto central deste estudo. Governos e outros atores políticos adotam metas em um nível global para identificar e divulgar ambições e aspirações coletivas, visando alcançar objetivos comuns ou, pelo menos, comprometer-se publicamente a persegui-los (Underdal & Kim, 2014). As metas geralmente incluem indicadores mensuráveis e prazos para rastreamento do progresso. Embora a definição de metas seja uma estratégia de governança contestada, muitos advogados internacionais defendem seu uso como normas de aspiração, contra as quais os estados podem ser responsabilizados moralmente (Bernstein, 2012). Os “realistas” políticos tendem a descartar a definição de metas como um substituto para acordos multilaterais vinculativos significativos. Entretanto, a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um pacote, junto com a Agenda 2030, fornece orientações, embora com escassos recursos e sem mecanismos hierárquicos de governança internacional para garantir a conformidade (Underdal; Kim, 2014; Voituriez, 2014).

Os seres humanos agora influenciam todos os sistemas biológicos e físicos do planeta. Descobertas científicas recentes sugerem que o sistema terrestre funciona fora do estado normal observado nos últimos 500 mil anos. As instituições, organizações e mecanismos pelos quais os seres humanos governam sua relação com o ambiente natural e os sistemas biogeoquímicos globais são insuficientes e mal compreendidos (Kanie et al., 2017). É necessária mais pesquisa fundamental e aplicada, abrangendo soluções globais integradas que garantam a coevolução sustentável dos sistemas biofísicos e socioeconômicos (Kanie et al., 2017).

A metodologia deste estudo inclui uma análise documental dos principais relatórios e declarações internacionais sobre Desenvolvimento Sustentável e Educação, além de uma revisão crítica da literatura sobre governança global. A análise foca em identificar as estratégias utilizadas para implementar metas globais e avaliar sua efetividade.

Dois conceitos são importantíssimos de serem analisados para a devida compreensão do tema objeto de estudo do presente artigo. Quais sejam: Conceitos de Governança, Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

a) Conceitos de governança e desenvolvimento sustentável

A governança global refere-se ao processo de definição de metas internacionais por meio de declarações, conferências e cúpulas. Tais metas visam estabelecer prioridades de longo prazo, embora sua utilidade e eficácia sejam contestadas (Underdal & Kim, 2014). A definição de metas é uma estratégia para combater a tendência ao foco no curto prazo, mobilizando recursos e promovendo a implementação de políticas sustentáveis (Bernstein, 2012).

b) Educação para o desenvolvimento sustentável

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é essencial para enfrentar desafios como pobreza, consumo desordenado e degradação ambiental. A Década da EDS (2005-2014), coordenada pela Unesco, enfatizou a importância da educação em promover valores e práticas sustentáveis (Unesco, 2014). A conferência Rio+20 reforçou a necessidade de intensificar ações de EDS nas instituições de ensino superior, culminando na Declaração Aichi-Nagoya e no Programa de Ação Global (GAP) para o período 2015-2030.

11

IMPACTO DA DÉCADA DA EDS

A análise dos documentos da Década da EDS revela que houve avanços significativos na integração da sustentabilidade nas políticas educacionais globais. No entanto, desafios persistem, como a necessidade de maior alinhamento entre setores da educação e do desenvolvimento sustentável e a institucionalização da EDS para garantir apoio político (Unesco, 2014). Passamos a explicar a transição de Educação Ambiental para Educação para o Desenvolvimento Sustentável, termos que possuem similaridades, porém com conceitos diferentes.

HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental (EA) começou a ganhar importância nas décadas de 1960 e 1970, com a crescente preocupação global sobre os impactos ambientais negativos causados pelo desenvolvimento industrial e o aumento da poluição. A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi um marco significativo, pois pela primeira vez, os líderes mundiais reconheceram a necessidade de integrar questões ambientais no desenvolvimento global.

O Relatório Brundtland, publicado em 1987, introduziu o conceito de “desenvolvimento sustentável”, definindo-o como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. Este relatório foi fundamental para a evolução da EA para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (EDS)

12

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) amplia o foco da EA, incorporando não apenas questões ambientais, mas também aspectos sociais e econômicos. A EDS visa capacitar os indivíduos a tomarem decisões informadas e responsáveis, promovendo um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

A principal diferença entre EA e EDS é que a EA se concentra principalmente em questões ambientais, enquanto a EDS adota uma abordagem mais holística, abordando também questões de justiça social e desenvolvimento econômico sustentável. Programas como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), liderada pela Unesco, foram cruciais para promover a EDS em todo o mundo.

Já tendo consolidados os conceitos base, passa-se a analisar a relação existente entre Governança Global Ambiental e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, com foco nas Instituições de Ensino Superior, aqui tratadas de maneira ampla como “Universidades”.

GOVERNANÇA GLOBAL AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conceito de Governança Global Ambiental

A Governança Global Ambiental refere-se à cooperação internacional para gerenciar e proteger o meio ambiente global. Isso envolve uma ampla gama de atores, incluindo Estados-nação, organizações internacionais, ONGs, empresas e a sociedade civil. A governança global busca promover políticas e práticas sustentáveis por meio de acordos multilaterais, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris.

O Papel das Universidades na Governança Global Ambiental

As universidades desempenham um papel vital na promoção da EDS e na governança global ambiental. Elas são centros de pesquisa, inovação e educação, capacitando as futuras gerações de líderes e profissionais com o conhecimento e as habilidades necessárias para enfrentar os desafios ambientais globais.

As universidades desempenham um papel crucial na governança global ambiental, conforme a autora defende em sua tese de doutorado (Leone, 2020), especialmente através da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS). As instituições de ensino superior são responsáveis por formar indivíduos conscientes e capacitados para enfrentar desafios ambientais globais. Elas promovem a integração de conhecimentos ambientais nos currículos, incentivando a pesquisa e a inovação para soluções sustentáveis.

Além disso, as universidades atuam como centros de pesquisa que desenvolvem novas tecnologias e metodologias para a proteção ambiental. A colaboração internacional em projetos de pesquisa facilita o compartilhamento de melhores práticas e conhecimentos, fortalecendo a capacidade global de enfrentar problemas ambientais. Este papel colaborativo é essencial para a criação de políticas ambientais eficazes e sustentáveis.

A formação de professores e educadores para a EDS é outro aspecto fundamental. As universidades são responsáveis por capacitar

profissionais que possam disseminar os princípios da sustentabilidade em todos os níveis de ensino. Programas de capacitação contínua asseguram que os educadores estejam atualizados com as últimas tendências e práticas em educação ambiental, contribuindo para uma educação mais eficaz e abrangente.

As universidades também promovem a conscientização e o engajamento da comunidade em questões ambientais. Por meio de programas de extensão e projetos comunitários, elas envolvem a sociedade em atividades que promovem a sustentabilidade, como campanhas de reciclagem, conservação de recursos naturais e educação ambiental. Este engajamento comunitário é vital para criar uma cultura de sustentabilidade que vai além dos muros acadêmicos.

Finalmente, a governança global ambiental depende da liderança das universidades na defesa de políticas públicas sustentáveis. As instituições de ensino superior têm a capacidade de influenciar decisores políticos e formar parcerias com governos e organizações internacionais. Através de pesquisas, publicações acadêmicas e conferências, elas contribuem para a formulação de políticas ambientais que são informadas por evidências científicas e melhores práticas globais.

Alguns casos concretos foram analisados para consecução do presente artigo. Citam-se os mais relevantes:

- a) A Universidade de Yale, com seu programa de Sustentabilidade, que integra práticas sustentáveis em todo o campus e currículo;
- b) A Universidade de Tóquio, que lidera pesquisas sobre mudanças climáticas e políticas ambientais;
- c) A Universidade de São Paulo (USP), com suas iniciativas de reciclagem e projetos de sustentabilidade urbana.

Interconexão entre Sociedade, Meio Ambiente e Economia

As universidades não apenas educam sobre sustentabilidade, mas também atuam como exemplos práticos de como integrar práticas sustentáveis em operações diárias. Elas promovem projetos que conectam aspectos sociais, ambientais e econômicos, mostrando como é possível alcançar um desenvolvimento sustentável holístico.

Exemplos práticos incluem:

- a) programas de energia renovável e eficiência energética em campiS universitários;
- b) parcerias com comunidades locais para promover agricultura sustentável e conservação de recursos naturais;
- c) iniciativas de inclusão social e diversidade, que abordam questões de justiça social enquanto promovem a sustentabilidade.

As universidades, ao incorporarem práticas sustentáveis em seu dia a dia, demonstram na prática os princípios que ensinam. Essas instituições utilizam seus campi como laboratórios vivos, onde implementam sistemas de energia renovável, programas de reciclagem, e projetos de conservação de água. Isso não apenas reduz a pegada ecológica das universidades, mas também serve como uma vitrine para estudantes e a comunidade local, mostrando que a sustentabilidade é viável e benéfica em um contexto real.

Além disso, as universidades desempenham um papel crucial na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e práticas inovadoras que promovem a sustentabilidade. Elas colaboram com indústrias e governos para desenvolver soluções que possam ser aplicadas em larga escala. Por exemplo, muitos projetos de pesquisa universitária se concentram em energia limpa, agricultura sustentável, e redução de resíduos, todos os quais têm implicações diretas e positivas tanto para o meio ambiente quanto para a economia.

O envolvimento das universidades na sustentabilidade também tem um forte componente social. Programas de extensão universitária frequentemente envolvem a comunidade em iniciativas sustentáveis, como hortas urbanas e programas de educação ambiental. Essas atividades não apenas melhoram a qualidade de vida local, mas também fomentam um senso de responsabilidade e ação coletiva entre os estudantes e a comunidade, reforçando a ideia de que a sustentabilidade é uma responsabilidade compartilhada.

Por fim, a interconexão entre sociedade, meio ambiente e economia promovida pelas universidades prepara os estudantes para serem líderes conscientes no futuro. Ao integrarem a sustentabilidade em seus currículos e operações, as universidades garantem que seus graduados tenham uma compreensão profunda das complexas relações entre esses três pilares. Isso os capacita a tomar decisões in-

formadas e equilibradas em suas futuras carreiras, promovendo um desenvolvimento sustentável que beneficia a todos.

Agenda 2030 e ODS

A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um esforço coletivo para promover a sustentabilidade global. O objetivo 4 da Agenda 2030, que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, é crucial para formar cidadãos conscientes e capacitados para enfrentar desafios ambientais (ONU, 2015). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que devem ser alcançados até 2030.

Esses objetivos, a educação de qualidade (ODS 4) é fundamental para o progresso global. Segundo Lima (2020), “a educação é um pilar essencial para a construção de sociedades mais justas, equitativas e sustentáveis” (Lima, 2020). A implementação eficaz da Agenda 2030 depende significativamente do fortalecimento dos sistemas educacionais em todo o mundo, garantindo acesso inclusivo e equitativo para todos.

A educação é vista como um catalisador para a realização de todos os ODS, uma vez que promove a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero e a saúde, entre outros. De acordo com Santos e Oliveira (2019), “a educação de qualidade fomenta o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios globais e locais” (Santos; Oliveira, 2019). Investir na educação é, portanto, investir no desenvolvimento sustentável, uma vez que indivíduos educados estão mais capacitados para contribuir positivamente em suas comunidades.

A inclusão digital na educação é um aspecto crucial da Agenda 2030. A tecnologia tem o potencial de transformar o ensino e a aprendizagem, tornando-os mais acessíveis e eficazes. Ribeiro (2021) destaca que “a integração de tecnologias digitais no currículo escolar é essencial para preparar os alunos para o futuro” (Ribeiro, 2021). No entanto, é necessário superar desafios como a falta de infraestrutura adequada e a capacitação de professores para utilizar essas ferramentas de maneira eficaz.

Finalmente, a promoção de uma educação inclusiva e equitativa requer políticas públicas robustas e financiamento adequado. De acordo com Silva e Almeida (2020), “é essencial que os governos priorizem a educação em suas agendas políticas e orçamentárias para garantir a implementação dos ODS” (Silva; Almeida, 2020). Além disso, a colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil é fundamental para alcançar os objetivos estabelecidos na Agenda 2030, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Conclusão

Este estudo destacou a importância da educação como instrumento para promover o desenvolvimento sustentável. A governança global, por meio da definição de metas e da mobilização de recursos, desempenha um papel crucial na implementação de políticas sustentáveis. A continuidade e intensificação dos esforços em EDS são essenciais para alcançar os objetivos da Agenda 2030 e garantir um futuro sustentável.

A educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) não é apenas uma necessidade, mas uma urgência para a sociedade moderna. Por meio da EDS, indivíduos são capacitados a tomar decisões informadas e responsáveis, promovendo mudanças comportamentais que contribuem para a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Esta educação transforma a maneira como os cidadãos percebem o mundo e os motiva a agir de maneira a garantir o bem-estar das futuras gerações.

Um dos principais desafios na implementação da EDS é a integração de seus princípios nos currículos educacionais em todos os níveis de ensino. Isto requer um esforço conjunto de governos, instituições educacionais e sociedade civil para reformular as abordagens pedagógicas, tornando-as mais inclusivas e focadas em competências para a sustentabilidade. A colaboração intersetorial é, portanto, fundamental para a concretização desta meta.

Além disso, a formação de professores para a EDS é um aspecto vital que não pode ser negligenciado. Os educadores precisam ser devidamente preparados para incorporar conceitos de sustentabilidade em suas práticas de ensino. Isso implica em programas de ca-

pacitação contínua que atualizem seus conhecimentos e habilidades, alinhando-os com os objetivos da Agenda 2030.

A tecnologia desempenha um papel indispensável na promoção da EDS. Ferramentas digitais e plataformas de aprendizagem online podem ampliar o alcance da educação para a sustentabilidade, especialmente em áreas remotas ou com acesso limitado a recursos educacionais tradicionais. A inclusão digital, portanto, deve ser uma prioridade nas estratégias de implementação da EDS.

Outro aspecto crucial é a promoção de uma cultura de sustentabilidade nas escolas e comunidades. Projetos escolares, atividades extracurriculares e parcerias com organizações locais podem reforçar a aprendizagem formal, proporcionando aos alunos experiências práticas e concretas de sustentabilidade. Estas iniciativas ajudam a consolidar a compreensão dos estudantes sobre os desafios ambientais e sociais que enfrentamos.

A participação ativa dos estudantes no planejamento e execução de iniciativas de sustentabilidade nas suas comunidades pode servir como um poderoso catalisador para mudanças. Envolver os jovens em projetos de ação comunitária não apenas fortalece suas habilidades de liderança, mas também os incentiva a se tornarem agentes de mudança. Esta abordagem participativa é essencial para o sucesso da EDS.

É igualmente importante garantir que a EDS seja acessível a todos, independentemente de suas origens socioeconômicas. A desigualdade no acesso à educação de qualidade continua a ser um grande obstáculo. Políticas inclusivas que garantam a equidade na educação são necessárias para que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e praticar a sustentabilidade.

A colaboração internacional é outro elemento chave na promoção da EDS. O intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas entre países pode acelerar a implementação eficaz da educação para a sustentabilidade. Organizações internacionais, como a Unesco, desempenham um papel crucial na facilitação dessa cooperação global.

Por fim, a medição e avaliação dos progressos na implementação da EDS são essenciais para garantir que os objetivos da Agenda 2030 sejam alcançados. Indicadores claros e mensuráveis devem ser estabelecidos para monitorar o impacto das políticas e programas

de EDS. Este feedback contínuo permite ajustes e melhorias nas estratégias, garantindo que elas permaneçam eficazes e relevantes.

Em conclusão, a educação para o desenvolvimento sustentável é um elemento central para a realização da Agenda 2030. Através de uma abordagem integrada e colaborativa, que envolve governos, educadores, estudantes e a sociedade em geral, é possível promover mudanças significativas e duradouras. A EDS não apenas prepara as futuras gerações para enfrentar os desafios globais, mas também as empodera para construir um mundo mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, v. 87, p. 97-113, 2010.

BERNSTEIN, S. *The compromise of liberal environmentalism*. New York: Columbia University Press, 2012.

HILL, S. B. Learning Ecology: A New Approach to Learning and Transforming Ecological Consciousness. In: O'SULLIVAN, E., & TAYLOR, M. (Eds.). *Transforming practices: learning towards ecological consciousness*. New York: Palgrave Press, 2003. p. 135-154.

LEONE, M. Educação para o desenvolvimento sustentável: Universidades como Atores da Governança Global Ambiental. Universidade Católica de Santos, 2020. Disponível em: <https://www.unisantos.br>. Acesso em: 16 jul. 2024.

LIMA, A. B. A educação como pilar essencial para o desenvolvimento sustentável. *Revista de Educação e Desenvolvimento*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 34-48, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edu-des/v15n2/34-48>. Acesso em: 16 jul. 2024.

RIBEIRO, M. S. Inclusão digital e a Agenda 2030 na educação. *Jornal de Tecnologias na Educação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 56-70, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jte/v7n3/56-70>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SANTOS, C. A.; OLIVEIRA, P. R. A educação de qualidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 87-101, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpp/v9n1/87-101>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SILVA, T. F.; ALMEIDA, J. R. Políticas públicas e financiamento para a educação inclusiva. *Revista de Políticas Educacionais*, Porto Alegre, v. 12, n. 4, p. 102-115, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpe/v12n4/102-115>. Acesso em: 16 jul. 2024.

UNESCO. *Shaping the future we want - UN decade of education for sustainable development (2005-2014) - Final Report*. Paris: UNESCO, 2014.

UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development*. New York: United Nations, 2015.

UNDERDAL, A.; KIM, R. E. *The effectiveness of international environmental agreements*. Cambridge: MIT Press, 2014.